

PEC DO TETO DE GASTOS PÚBLICOS

241/2016 Câmara dos Deputados

55/2016 Senado Federal

Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das IFES

ARTIGOS A SEREM INCLUÍDOS PELA PEC 241 NO ADCT



- ✓ Regime Fiscal para Orçamento Fiscal e Seguridade Social - **20 exercícios financeiros** (Art. 101);
- ✓ **Limite para despesas primárias corrigidas pelo IPCA** (Art.102);
- ✓ **Após 10 anos** LC poderá modificar método de correção (Art.103);
- ✓ Descumprimento do limite = **PROIBIÇÕES** (Art. 104);
- ✓ A partir de 2018 aplicações mínimas de recursos na saúde (15% União) e **ENSINO** (18% União e 25% Estados, DF e municípios), corrigidas pela **INFLAÇÃO e não mais pela RECEITA** (Art. 105);
- ✓ Limitação para leis e diretrizes orçamentárias, metas fiscais e projetos legislativos (Arts. 106, 107, 108 e 109);
- ✓ Não haverá piso para investimento em saúde (Art. 3º).

COMPROMETIMENTOS NA EDUCAÇÃO



- ✓ Aplicação mínima para a educação de 18% (União) e 25% (Estados e Municípios), criada em 1934, **somente descumprida na Ditadura do Estado Novo e no Golpe de 1964;**
- ✓ De 2002 a 2015 foram investidos **R\$ 802 bilhões** em Educação - com a PEC 241 seriam **R\$ 424 bilhões** de reais (Dieese);
- ✓ A receita líquida de impostos será superior à inflação de 2017 a 2036 = perda de investimentos para a Educação (ET 11/2016 da Conof/CD);
- ✓ Em 2016 investimento em MDE foi de 23% das RLI, percentual acima de 18% (ET 11/2016 da Conof/CD);
- ✓ Impossibilidade de absorção dos 3 milhões de jovens de 4 a 17 anos fora da escola (Censo Escolar de 2015).



COMPROMETIMENTOS NA EDUCAÇÃO

METAS DO PNE INVIABILIZADAS:

- ✓ PNE 2014-2024 (meta 20), ampliação dos gastos públicos em educação para no mínimo 7% do PIB até 2019 e 10% do PIB até 2024.
 - ✓ Criação de matrículas em creches (3,4 milhões);
 - ✓ Criação de matrículas em pré-escola (700 mil);
 - ✓ Criação de matrículas no ensino fundamental (500 mil);
 - ✓ Criação de matrículas no ensino médio (1,6 milhão);
- ✓ Criação de matrículas no ensino público superior (2 milhões). (fonte: Undine)



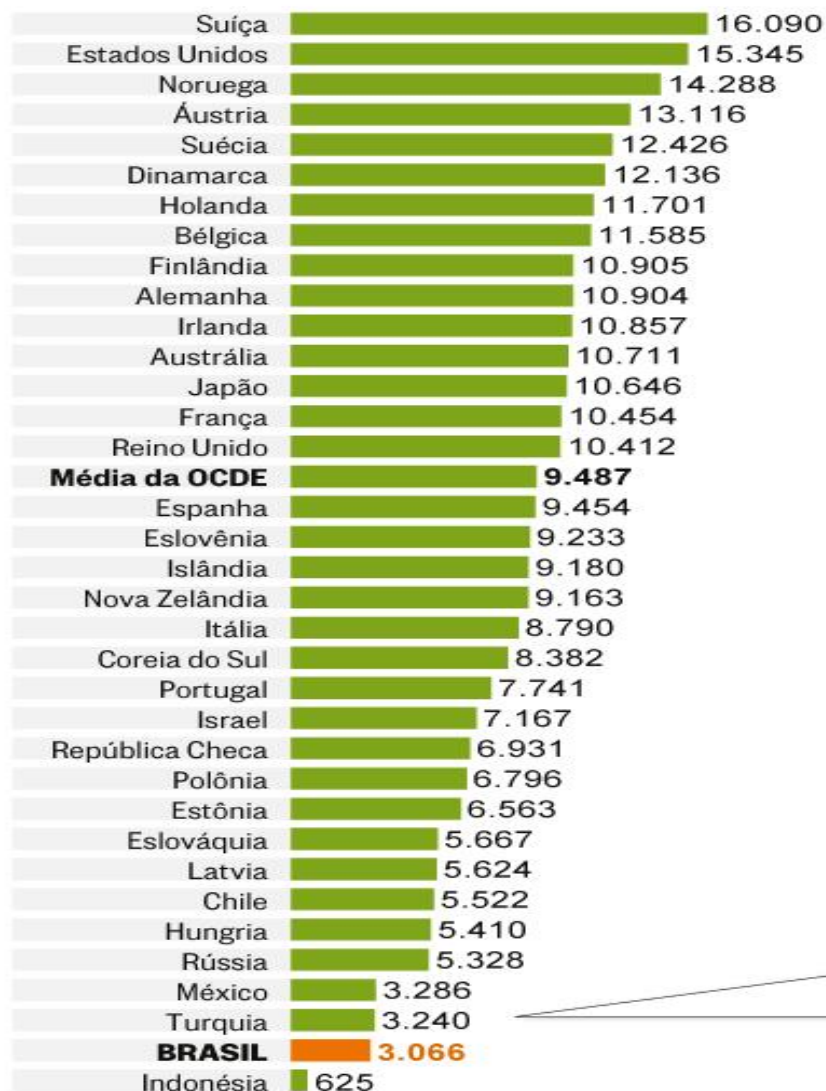
COMPROMETIMENTOS NA EDUCAÇÃO

- ✓ 3 anos a mais de escolaridade propiciam crescimento de mais de 1% do PIB;
- ✓ Cada ano a mais de escolaridade aumenta em 10% a renda do trabalhador.

(Avaliação UNESCO)

Como desenvolver uma nação com justiça social sem educação de qualidade para todos?

INVESTIMENTOS POR ALUNO NOS ENSINOS FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR (em US\$)



Ensino médio

No Brasil **US\$ 2.605**

Média dos países da OCDE **US\$ 9.506**

Primeiros anos do Ensino Fundamental

No Brasil **US\$ 2.673**

Média dos países da OCDE **US\$ 8.296**

Primeiros anos do Ensino Fundamental

No Brasil **US\$ 2.605**

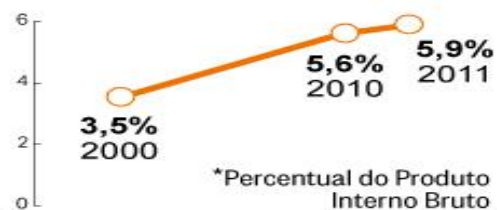
Média dos países da OCDE **US\$ 9.506**

Anos finais do Ensino Fundamental

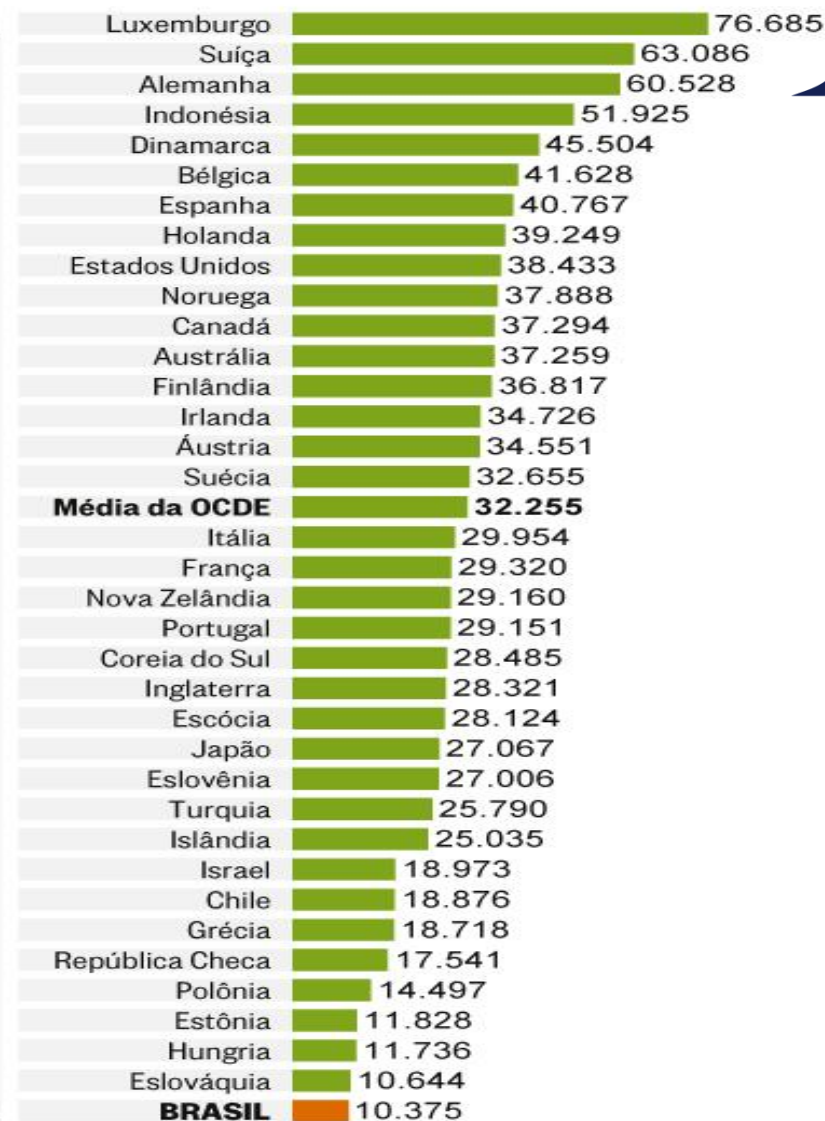
No Brasil **US\$ 2.700**

Média dos países da OCDE **US\$ 9.377**

Investimento público brasileiro em educação*



SALÁRIO INICIAL ANUAL DE PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO (em US\$)



Fonte: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)



Ano	Perdas com a PEC 241 - Valores em R\$ bilhões			
	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acumulação 03 Áreas
2017	-2,82	0,4	-1,9	-4,32
2018	-6,87	-0,6	-3,7	-11,17
2019	-11,77	-1,7	-4,9	-18,37
2020	-17,57	-3,3	-9,1	-29,97
2021	-19,79	-5,3	-12,8	-37,89
2022	-22,05	-7,5	-16,5	-46,05
2023	-24,35	-10,1	-20,2	-54,65
2024	-26,71	-13,3	-25,4	-65,41
2025	-29,11	-17,1	-31,1	-77,31
Total do Período	-161,04	-58,5	-125,6	-345,14

Fonte: Grupo Técnico Institucional de Financiamento do SUS; Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - Câmara dos Deputados e Estudos elaborados pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

QUE PAÍSES ADOTARAM LIMITE DE GASTOS PÚBLICOS?



HOLANDA - Desde 1994, limite válido por **4 anos** e **inclui juros da dívida pública**;

SUÉCIA - Desde 1997; limite válido por **3 anos**;

FINLÂNDIA - Desde 2003; limite válido por **4 anos** com **flexibilidade**;

DINAMARCA - Desde 1994; limite válido por **4 anos** acima da inflação, também para Estados e Municípios;

UNIÃO EUROPÉIA - Limite das despesas vinculado ao crescimento das receitas; exclui dos limites os gastos com benefícios para desempregados;

JAPÃO - Desde 2006; limite válido por 5 anos, abandonado em 2009;

Regulação dos gastos por meio de **leis ordinárias** ou de **acordos políticos** (Holanda)

Incluídos na Constituição: são Dinamarca, Georgia e Singapura.

(<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/>)

Comentários sobre levantamento do FMI:

<https://www.imf.org/external/datamapper/FiscalRules/Fiscal%20Rules%20at%20a%20Glance%20-%20Background%20Paper.pdf>)

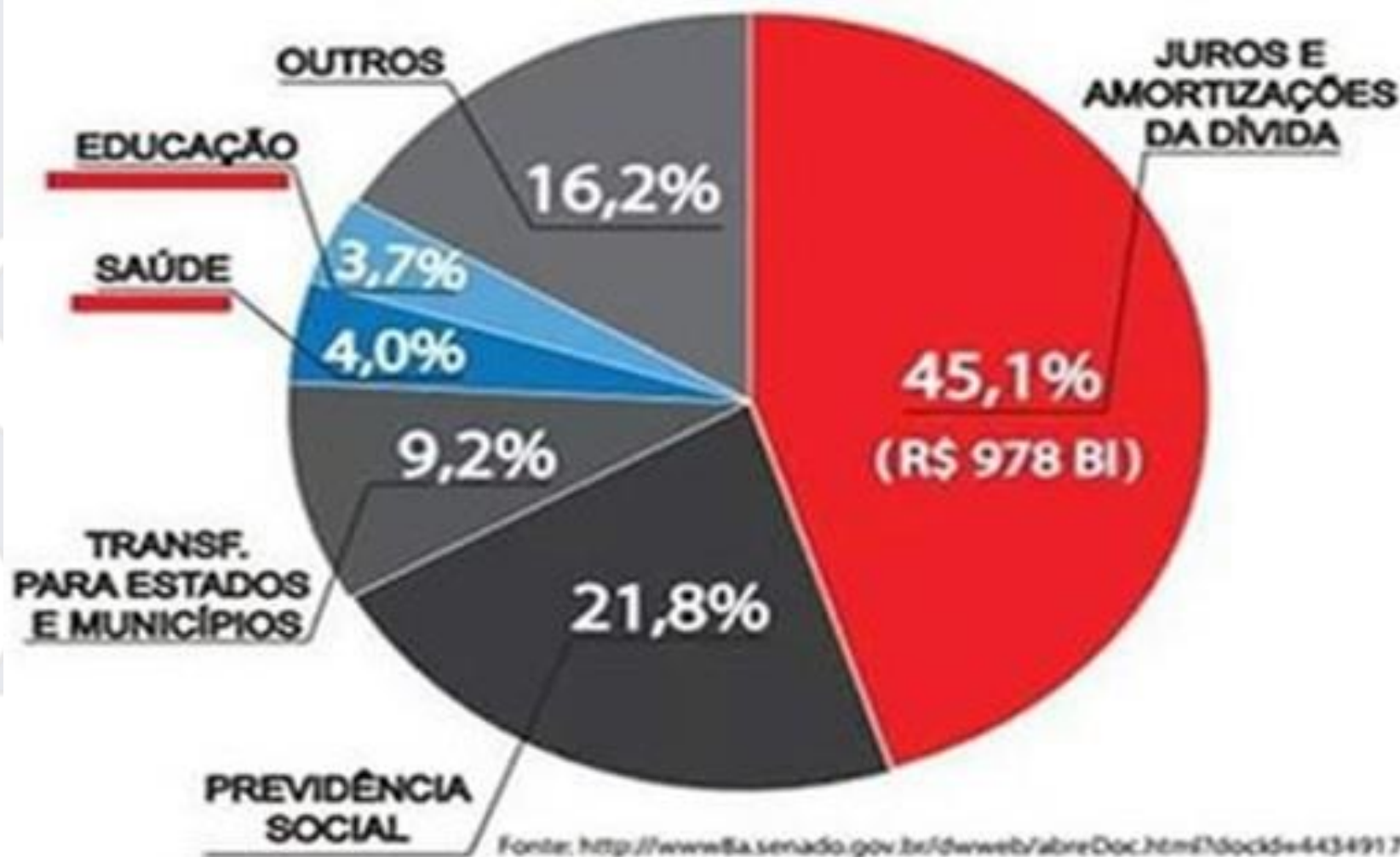
PRECISAMOS REFLETIR...



- ✓ INVESTIMENTO PÚBLICO CONGELADO POR 20 ANOS. E SE FOR NECESSÁRIO CORRIGIR ALGUM INVESTIMENTO?
- ✓ E SE A ECONOMIA VOLTAR A CRESCER?
- ✓ É CORRETO MODIFICAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA QUE ELA SE ADEQUE AO GOVERNO? É CONSTITUCIONAL?
- ✓ POR QUAL MOTIVO NUNCA SE REGULAMENTOU OS IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS?
- ✓ QUAIS SÃO AS PRIORIDADES? OS CORTES OCORRERÃO NA ESFERA CORRETA?

Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das IFES

ORÇAMENTO DA UNIÃO EXECUTADO EM 2014 (R\$ 2,168 TRILHÕES)



IS
Superior das IFES



A PEC 241 TAMBÉM AFETARÁ

- ✓ Aquele que busca estudar ou matricular seus filhos numa Universidade Federal;
- ✓ Quem utiliza o SUS para obter medicamentos de alto custo e procedimentos de alta complexidade;
- ✓ Trabalhadores que pretendiam aposentar antes dos 65 anos;
- ✓ Os assalariados: **SE A PEC 241 EXISTISSE DESDE 20 ANOS ATRÁS, O SALÁRIO MÍNIMO SERIA R\$ 400,00** (FGV - economista Bráulio Borges)

Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das IFES